

I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RELATÓRIO FINAL

No dia vinte de abril de dois mil e vinte dois aconteceu a I Conferência Municipal de Saúde Mental no município de Cambuí, estado de Minas Gerais na Câmara Municipal, na Rua Saldanha Marinho nº 260, centro, organizada pelo Conselho Municipal de Saúde seguindo o Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde. Teve início as 09:00 horas com credenciamento e café aos participantes. As 09:30 horas cerimonialista e usuária do serviço de saúde mental Milene Fernandes convocou os convidados para compor a mesa de abertura: Representante dos usuários Kelly Eliseth Silva, Prefeito Tales Tadeu Tavares, Vereadora Leila Fagundes, Referência Técnica de Saúde Mental da Superintendência Regional de Saúde Wellington Moreira Lopes, Secretário de Saúde e Conselheiro Presidente do Conselho Municipal de Saúde Rodrigo César Bueno.

A Sra. Kelly relatou sua história, agradeceu o tratamento oferecido pelo CAPS e disse que nunca precisou ser internada apesar de diversas crises. Prefeito Sr. Tales, fez elogios a rede de saúde e ao CAPS enfatizando a importância do cuidado em saúde mental. Vereadora Sra. Leila, falou do apoio à saúde mental e sobre o parlamento jovem na Câmara que será discutido em maio o tema Saúde Mental diante da importância do cuidado nessa área. Referência Técnica de Saúde Mental Sr. Wellington elogiou a equipe do CAPS, relatando que o CAPS de Cambuí apresenta ótimos indicadores e estando entre os melhores, falou da importância de todos participarem dessa conferência até o final levantando propostas para políticas públicas, ainda mais nesse momento que o governo federal traz a proposta de financiamento para hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas. Secretário de Saúde Sr. Rodrigo, relatou a história do CAPS, que era um ambulatório de saúde mental com filas gigantescas para atendimento e com o CAPS o acolhimento é imediato avaliando se é necessário o manejo de crise e o projeto terapêutico singular ou se o caso pode ser encaminhado para rede e ser acompanhado em seu território de acordo com as diretrizes do SUS, também agradeceu os profissionais de saúde e em especial os usuários do serviço de saúde mental que aceitaram realizar as apresentações artísticas na Conferência.

Milene, cerimonialista convida a Referência Técnica de Saúde Mental Milene Ramalho, para palestra sobre a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS de Cambuí MG, inicia pontuando a importância do trabalho em rede e de identificar falhas para que se possam levantar soluções, não apontando errado ou certo, mas sim construindo em conjunto possibilidades. Apresentou sobre RAPS, salientando que saúde mental não se pode trabalhar sozinha, sempre em conjunto, falou sobre princípios para o cuidado na RAPS, explicou a diferença entre CAPS e RAPS, falou sobre estratégia de redução de danos e de inclui propostas de atenção básica, também a possibilidade da criação de conselho municipal saúde mental e explicou o que é Projeto Terapêutico Singular.

Foi discutido sobre os repasses dos municípios pactuados e sobre a falta de repasse, falta de leitos retaguarda e falta de ações para a prevenção e promoção da saúde. Foi levantado sobre saúde mental nas escolas e a necessidade de orientar, informar e prevenir crise nas instituições. O hospital geral deve atender a demanda geral o que inclui a saúde mental, porém pode receber por isso o valor de 5.610,11 por leito habilitado, caso não tenha leitos também deve internar mas receberá somente a diária. O SAMU não faz abordagem sem a presença da PM, assunto já sendo levantado em nível estadual. Ainda há o despreparo dos profissionais do hospital em lidar com os pacientes da saúde mental, gerando assim desconforto e estigmatização os usuários quando estão em crise. Milene ressalta que está a disposição para capacitações e matriciamentos e que a equipe do CAPS também está a disposição, mas precisa da participação do hospital.

O palestrante Rodrigo Simas, falou sobre a importância do SUS e como somos referência para o mundo e pontuou como vem aumentando a demanda de usuários do SUS e que é importante ressaltar que o isolamento e as internações não favorecem em nada a melhora dos usuários, pelo contrário causa a deterioração do quadro de saúde do usuário. O palestrante também pontuou sobre o repasse do governo federal para hospitais psiquiátricos e como a saúde mental ainda é questionada e invalidada pela sociedade. Relatou também sobre os baixos índices de recuperação de usuários internados. O palestrante pontuou sobre a necessidade de criar políticas públicas para a saúde mental de crianças, adolescentes e idosos. Foi relatado também a falta de reajuste de custeio para os CAPS desde 2011, sendo esse o local mais apropriado para o cuidado dos usuários de saúde mental. Falou-se sobre a formação dos profissionais de saúde e a necessidade dos mesmos vivenciarem a rotina do CAPS.

Em seguida o palestrante Rodrigo Simas fez a explicação minuciosa dos eixos abaixo:

Eixo Principal: “A Política de Saúde Mental como direito: Pela defesa do cuidado em liberdade rumo à avanços e garantia dos serviços da Atenção Psicossocial no SUS.”

EIXO I: Cuidado em liberdade como garantia de Direito a cidadania;

EIXO II: Gestão, financiamento, formação e participação social na garantia de serviços de saúde mental;

EIXO III: Política de saúde mental e os princípios do SUS;

EIXO IV: Impactos na saúde mental da população e os desafios para cuidado psicossocial durante e pós pandemia.

Os delegados eleitos na Pré-Conferência foram chamados para eleição das propostas:

Milene Ramalhode Lima (Delegada gestora da saúde mental)

Dulcilene de Lima Machado Silva (Representante dos trabalhadores da saúde mental);

AbraãoSouza de Jesus (Representante dos usuários do serviço de saúde mental);

Renata Aparecida Salles (Representante dos usuários do serviço de saúde mental);

Foram lidas as propostas nacionais, estaduais e municipais para serem votadas pelos delegados eleitos, segue abaixo as propostas votadas:

PROPOSTAS FEDERAIS

1. Reduzir progressivamente os leitos em hospitais psiquiátricos, com comitente à abertura de serviços substitutivos em conjunto com a redução do financiamento em hospitais psiquiátricos com o aumento dos financiamentos e de habilitação de serviços substitutivos;
2. Regulamentar portaria nacional que possibilite repasse de recurso financeiro dos municípios pactuados com o CAPS para município no qual o CAPS está habilitado;
3. Liberar o recurso de construção de sede para CAPS, para que a políticapública de saúde mental se mantenha acessa nos municípios mesmo com a mudança de administração públicas em anos eleitorais;
4. Financiar consultórios de rua municipais com recurso federal que justifique através de projeto o índice elevado de pessoas em situações de rua em relação de número de habitantes no município;
5. Reformular portarias relacionadas a saúde mental para permitir que municípios pequenos para pleitear serviços como unidade de acolhimento

- sem a necessidade de pactuar com os municípios maiores visto que os gestores municipais não aceitam as pactuações por não serem vantajosas aos municípios que a habilitam o serviço;
6. Incluir no programa de saúde na escola PSE, a temática da saúde mental.

PROPOSTAS ESTADUAIS

1. Regulamentar portaria estadual que possibilite repasse de recurso financeiro dos municípios pactuados com o caps para o município no qual o caps está habilitado;
2. Criar resolução estadual para financiamento de construção de sede própria para caps;
3. Aumentar a fiscalização estadual nos serviços municipais de saúde mental exigindo que as leis vigentes e a política de saúde mental sejam seguidas para que garantam equipe mínima, condições de trabalho, trabalho humanizado etc.;
4. Capacitar os profissionais da rede de educação, RAP e da rede de atenção psicossocial RAPS, ampliando conhecimento em saúde mental;
5. Financiar consultórios de rua municipais que justifiquem através de projeto o índice elevado de pessoas em situações de rua em relação ao número de habitantes do município;
6. Realizar palestras, atendimentos e qualificação em saúde mental voltadas para estudantes, familiares e professores da rede de ensino;
7. Implantar projetos que contam com a integração das secretarias estaduais de educação, cultura e saúde com enfoque em saúde mental da comunidade.

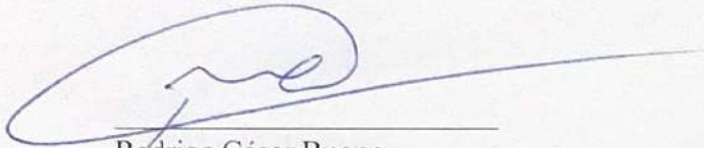
PROPOSTAS MUNICIPAIS

- 1.Regulamentar juridicamente a coparticipação dos municípios pactuados com o CAPS para que cumpram com as pactuações e que possam contribuir com materiais de consumo, custeio de profissionais para compor equipe no CAPS;
2. Habilitar leitos retaguarda no Hospital de Cambuí, contando com apoio da comunidade para que tenha a aceitação do hospital geral. Sendo possível pleitear no máximo 3 leitos com custeio do estado no valor de 5.610,11 por leito, com demanda de internação ou não;
- 3.Qualificar profissionais que forem tratar na saúde mental, levando em consideração o perfil e o desejo do profissional em estar atuando na saúde mental;
- 4.Realizar cursos, seminários para atualização dos profissionais da saúde de toda a rede;
- 5.Promover assembleias nos bairros para informações e conscientização através da Atenção Básica de Saúde;

6. Incluir saúde mental nas redes sociais (site da prefeitura entre outros) com temas relacionados às políticas públicas de saúde mental, orientações, fluxo da Rede de Atenção Psicossocial;
7. Criar o Projeto para Construção da sede própria do CAPS, pois tal proposta já está em plano de governo;
8. Trabalhar a percepção da sociedade sobre a RAPS, visando eliminar preconceitos e permitir a inclusão social;
9. Regulamentar e criar cargos que sejam voltados para trabalhar na saúde mental, levando em consideração o vínculo, sem o risco do profissional ser transferido nas trocas de administração pública;
10. Implantar o Centro de convivência com apoio da gestão municipal pleiteando a habilitação estadual para recebimento de custeio;
11. Aumentar o número de psicólogos na rede para trabalhar prevenção no modelo psicossocial, atendimentos em grupos, intervenções de prevenção coletivas;
12. Financiar consultórios de rua municipais que justifiquem através de projeto o índice elevado de pessoas em situações de rua em relação ao número de habitantes do município;
13. Ampliar discussões sobre saúde mental nas escolas, Atenção Básica de Saúde, SUAS, câmara municipal, hospital etc.;
14. Instruir na ouvidoria de saúde as orientações que ao receber denúncias de maus tratos em saúde mental oriente boletim de ocorrência e reclamação por escrito à Referência Técnica de Saúde Mental para providências;
15. Criar associação da Luta Antimanicomial na cidade com participação ativa dos usuários, familiares, trabalhadores e comunidade;
16. Implantar educação continuada para Atenção Básica de Saúde abordando a temática saúde mental com apoio dos profissionais do CAPS;
17. Contratar supervisão clínica institucional para equipe do CAPS;
18. Implantar uma cooperativa de trabalho dos usuários da saúde mental regulada pelo CAPS;
19. Implantar projeto de integração social através do esporte, com equipe multidisciplinar que realize intervenções que permitam a integração.

Todas as propostas relatadas acima foram votadas com 100% de aprovação pelos delegados eleitos.

Sem mais, assina os integrantes da Comissão de Relatoria responsáveis pelo relatório final,

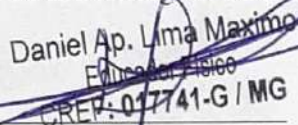


Rodrigo César Bueno
Conselheiro Presidente do Conselho Municipal de Saúde



Laís Lara Marques Lambert
COREN: 004.576.460

Laís Lara Marques Lambert
Técnica de Enfermagem da ESEMS Aparecida



Daniel Ap. Lima Maximo
Educador Físico
CREP: 017741-G / MG

Daniel Aparecido Lima Maximo
Educador Físico do CAPS I Espaço Reviver